



Postulados Racistas na Construção do Imaginário Nacional Brasileiro: A Contribuição da Política de Patrimônio Cultural em seus Anos Iniciais de Atuação

Jéssica Gonçalves Silva¹

Resumo: Com o fim do Brasil-Império e início do Brasil-República, são iniciadas formas, no intuito de se criar um “sentido” para o Brasil, uma busca de identidade e de um imaginário nacional. Apesar desse intuito parecer, de início, algo que viesse a contribuir para nova república que surgia, todo esse movimento tinha postulados racistas imbricados. O objetivo desse trabalho vem no sentido de demonstrar, através de um percurso histórico, como essa busca se deu e quais elementos de segregação racial estavam presentes. O recorte aqui feito esbarra na criação da política de patrimônio cultural em 1937 que surge nessa busca por identidade e também exemplifica, na prática, a valorização de algumas camadas sociais e detrimento de outras. A metodologia foi realizada a partir de pesquisa bibliográfica e de análise documental de arquivos do Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (IPHAN).

Palavras-Chave: Imaginário Nacional. Patrimônio Cultural. Raça. Identidade Nacional.

Racist Postulates in Building the National Imagination: The Contribution of Cultural Heritage Policy in its Early Years of Operation

Abstract: With the end of Brazil-Empire and the beginning of Brazil-Republic, new methods are begun, objectifying to create a “sense” for Brazil, a search for identity and a national imaginary. In spite of the intention to appear, at the outset, something that would contribute to a new republic that appeared, this whole movement had racist postulates imbricated. The purpose of this work is to demonstrate, through a historical course, how this search started and what elements of racial segregation are present. The cut made here runs into the creation of the politics of cultural heritage in 1937 that arises in this quest for identity and also exemplifies, in practice, an appreciation of some layers and detriment of others. A methodology was based on bibliographic research and documentary analysis of archives of the Institute of Historical, Artistic and National Heritage (IPHAN).

Keywords: National Imaginary. Cultural Heritage. Race. National Identity.

Introdução

No I Congresso Internacional das Raças, realizado em julho de 1911 na França, João Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, levou para o evento a discussão sobre mestiçagem brasileira. Ele apresentou o seguinte trabalho: *Sur les Métis au Brésil*. Uma das principais conclusões de sua tese era que “o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século de perspectiva, saída e solução” (LACERDA apud

¹ Mestranda em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Graduada em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).



SCHWARCZ, 1995, p. 11). Esse tipo de reflexão influenciou em uma criação de “sentido” do Brasil nas décadas seguintes. Assim como Lacerda, que levou sua tese a um alto patamar de discussão acadêmica é também através dessa linha, pouco mais de um século depois, que se pretende discutir como esse tipo de pensamento racial surge no imaginário brasileiro.

Segundo Ribeiro (1995, p. 30), a introdução de um novo protagonista na colonização, o europeu, trouxe transformações em todos os planos no Brasil. Dentre elas destaca-se a transformação no plano ecológico, no econômico, no social e no plano étnico-cultural. Esse último gera reflexos consideráveis no mundo contemporâneo no que se diz respeito a pluralidade de identidades culturais presentes atualmente.

No plano étnico-cultural, essa transfiguração se dá pela gestação de uma etnia nova, que foi unificando, na língua e nos costumes, os índios desengajados de seu viver gentílico, os negros trazidos da África, e os europeus aqui gerenciados. Era o brasileiro que surgia, construídos com os tijolos dessas matrizes à medida que elas iam sendo desfeitas (RIBEIRO, 1995, p. 30).

Essas matrizes que se instalam tijolo a tijolo e que na mesma proporção vão sendo desfeitas, vão transformando o Brasil numa nação de desenraizados. Ao mesmo tempo em que promove uma “transfiguração étnica”, vai fazendo surgir “formações socioculturais singulares” (RIBEIRO, 2011). Em paralelo a esses processos de formação e distinção de suas matrizes étnico-culturais, vai também se formando seu sentido econômico-social. “Essas faces do Brasil rústico se plasmaram como produtos exógenos da expansão europeia, que as fez surgir dentro de uma formação agrário-mercantil-escravista” (RIBEIRO, 1995, p. 272).

Os brasileiros, nesse quadro de colonização, acabam se constituindo num povo mestiço em todas suas formas de ser e agir, tanto material quanto imaterialmente, tanto na carne, como no espírito. E apesar de tanta diversidade que aqui nasce, acabam se transformando, tal como disse Ribeiro (1995, p. 453) em um “povo em ser, impedido de sê-lo”, sendo cada vez mais moldados dentro dos dogmas europeus.

Quando se fala em colonização normalmente tende-se a levar em consideração em um primeiro momento, os aspectos da ocupação territorial de determinado espaço. E durante séculos é o que de fato acontece dentro de um território cada vez mais ocupado que era o território brasileiro. Mas a transição do século XIX para o XX no Brasil, traz uma outra perspectiva de colonização europeia, que se dá pela colonização científica e ideológica que marca a transição dessas épocas.



Tal salto histórico vem no sentido de demonstrar o foco proposto. Almeja-se no decorrer da leitura do artigo tratar de dois aspectos: “A Construção Imaginária Nacional no Brasil República” e “Da construção do Imaginário de Nação ao Patrimônio Cultural”. O elo entre os dois se dá, principalmente, dentro da busca de uma identidade nacional que vem junto com a transição do Brasil Império para o Brasil República.

Dentro do Brasil República, a busca por essa identidade se torna cada vez mais forte e cada vez mais seletiva, principalmente dentro da questão racial. Com o advento do Estado Novo se criam políticas preservacionistas que vêm institucionalizar essa busca por uma identidade. Exemplo dessa institucionalização foi a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937 trazendo o conceito de Patrimônio Cultural, com suas políticas nem sempre (ou quase nunca) igualitárias, privilegiando uns em detrimento de outros, tal como será demonstrado ao longo do texto

A Construção do Imaginário de Nação no Brasil República

A passagem do século XIX para o século XX no Brasil traz significativas mudanças para o cenário sociopolítico, tais como a transição do Brasil Império para República e a transformação de um país escravagista para o capitalista. A abolição da escravatura em 1888 e a proclamação da República em 1889 trouxeram “mudanças na tática de construir e definir a nação” (CARVALHO, 1998, p. 248). A abolição teve outro efeito na realidade brasileira além do – suposto – fim do trabalho escravo: “forçou a tomada de posição em relação à população negra. Antes ela se ocultava sob a capa do escravo. Agora todos os negros eram formalmente cidadãos e era preciso enfrentar a questão de uma nação mestiça” (CARVALHO, 1998, p. 248).

Dessa forma, cabe aqui entender como os argumentos em torno dessa nação mestiça foram construídos nessa época. O conceito de raça, por exemplo, demonstra como os interesses biológicos de análise acabaram trazendo conotações sociais para o termo. O conceito de raça, “antes de aparecer como um conceito fechado, fixo e natural, é entendido como um objeto de conhecimento, cujo significado estará sendo constantemente renegociado e experimentado nesse contexto histórico específico” (SCHWARCZ, 1995, p. 17). E, é através de um universo intelectual de conhecimento, que postulados racistas vão sendo delimitados.



Desde o início dos anos 1970 começa a se penetrar no país teorias como o positivismo, o evolucionismo social e o social-darwinismo, caracterizando a colonização científica e ideológica no Brasil. Esses tantos “ismos” “começam a se difundir a partir dos anos 1970, tendo como horizonte de referência o debate sobre os fundamentos de uma cultura nacional”, bem como trazem novos argumentos para explicar as diversidades internas do país (SCHWARZ, 1995, p. 28). Através de vários instrumentos, como nos institutos, nos jornais e nos livros, “era como uma sociedade científica e moderna que o Brasil de finais de século pretendia se auto-representar” (SCHWARZ, 1995, p. 30).

De acordo com Schritzmeyer (2004, p. 60), as teorias sobre o darwinismo social ou determinismo racial que chegavam ao Brasil partiam do pressuposto de que os grupos humanos tinham origens variadas, o que era chamado de “poligenia”. Aliado a esse conceito, as diferenças e hierarquias existentes eram inatas e imutáveis, prevalecendo os mais aptos sobre os menos aptos, não devendo ocorrer “misturas” entre elementos com diferentes aptidões.

Já o evolucionismo social, também segundo Schritzmeyer (2004, p. 60), admitia uma origem única para todos os grupos, o que era conceituado por “monogenia”. Esse conceito não considerava inatas as diferenças que os hierarquizavam e sim resultantes de graus de aperfeiçoamento distintos, passíveis de mutação inclusive por meio de “misturas” entre mais evoluídos e menos evoluídos.

Outra teoria chave para a compreensão do Brasil nesse período é a influência positivista francesa comteana que também chegara, bem representada através da então bandeira nacional instituída com os dizeres: Ordem e Progresso. O símbolo máximo do Brasil República trazia consigo a caracterização de um país constantemente influenciado por teorias europeias.

Segundo Comte, havia dois movimentos vitais em toda a sociedade: um *dinâmico*, que representava a passagem de formas simples de existência para formas complexas – transição da atividade artesanal para a industrial – e outro, *estático*, responsável pela preservação de instituições mantenedoras da coesão e do funcionamento sociais - família, religião, propriedade, linguagem, direito, etc. Esses dois movimentos revelariam a tendência de toda sociedade a evoluir – *progresso* – direcionando e ajustando as novidades aos princípios reguladores de organismo social – *ordem*. Para Comte, o progresso destinava-se a aperfeiçoar os elementos da ordem, justificando-se intervenções sempre que essa fosse posta em perigo (SCHRITZMEYER, 2004, p. 56, grifos originais).



Dessa forma, no Brasil, a influência positivista trouxe a “ordem” – “hierarquias e diferenças naturais a serem respeitadas” – e o “progresso” – “transformação do Brasil Império em uma república civilizada”, ou seja, perante tantas transformações do Brasil República, tentava-se implementar ideais capazes de transformar cada cidadão brasileiro em uma pessoa capaz de ocupar os espaços e funções ordenada e corretamente (SCHRITZMEYER, 2004, p. 60).

Tais pensamentos sobre esses conceitos chegavam no país através de instituições científicas, que ao longo da transição do século XIX para o XX foram se instalando no Brasil. São os primeiros grandes museus²; os institutos históricos e geográficos³; as faculdades de direito⁴ e de medicina. Todos esses locais de produção de conhecimento no Brasil do final do século XIX, nem sempre homogêneos e harmoniosos, foram pioneiros “no reconhecimento, embora pessimista, da heterogeneidade e do sincretismo culturais presentes no país” (SCHRITZMEYER, 2004, p. 57).

Esses intelectuais tenderam a utilizar as teorias evolucionistas e social-darwinistas que até então já eram desacreditadas no contexto europeu e tentaram adaptar no Brasil aquilo que parecia combinar com a dada realidade. Porém aquilo que parecia “combinar” estava na “justificação de uma espécie de hierarquia natural à comprovação da inferioridade de largos setores da população” (SCHWARCZ, 1995, p. 41).

Assim como bem refletiu Schwarcz (1995, p. 41), o principal contraponto disso é pensar na “originalidade dessa cópia” e na própria elasticidade dessas doutrinas evolucionistas, fator primordial para sua diferente aceitação em contextos tão díspares. A aceitação de modelos darwinistas e evolucionistas dentro da elite política e intelectual brasileira fazia com que o país sentisse certa aproximação com o mundo europeu. Assim, se criava uma certeza de que a civilização e progresso também chegaria por aqui. Porém, quando se tratava em pensar na pluralidade racial do país, esses modelos acabaram por se tornar insuficientes e mostravam as fragilidades de um Brasil já tão miscigenado. Então, como tais teorias científicas influenciaram no pensamento sobre as raças?

² O Museu Nacional ou Museu Real; O Museu Paulista ou Museu do Ypiranga; O Museu paraense Emílio Goeldi e os museus etnográficos nacionais.

³ O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; O Instituto Archeologico e Geographico Pernanbucano e o Insitituto Histórico e Geographico de São Paulo.

⁴ A Faculdade de Direito de Recife e a Academia de Direito de São Paulo.



Afinal não se podia negar a presença das mais variadas etnias no país. Talvez a “originalidade da cópia” europeia no que tange às teorias tratadas estaria exatamente nessa questão, mas o reconhecimento disso não vinha por vias tão otimistas. Indo pelo mesmo viés de Ventura (apud SCHWARCZ, 1995, p. 42), esses conceitos, introduzidos de forma crítica e seletiva, transformavam-se em instrumentos conservadores e autoritários na definição de uma identidade nacional.

Os intelectuais republicanos não reconheciam a população negra, social e politicamente, dentro do espaço miscigenado brasileiro, muitas vezes considerados meras “degenerações⁵”. Era um passado escravagista que precisava ser eliminado pela nova sociedade republicana e “a questão de integrá-los ao projeto progressista também implicava fazê-los assimilar e se sujeitar a princípios básicos da modernidade da qual pareciam distanciados” (SCHRITZMEYER, 2004, p. 62).

Exemplo disso foram as perseguições aos cultos afro-brasileiros na transição do século XIX para o XX como no caso do candomblé. Estes foram classificados como ameaçadores da ordem progressista e da moralidade católica que tentava ser implantada. A adesão do candomblé a uma “máscara de adesão superficial do catolicismo” (ROGRIGUES apud SCHRITZMEYER, 2004, p. 63) que acontecia na época exemplificava essa situação.

Todo esse cenário difundiu uma amálgama de estereótipos que confrontou simbolicamente trabalhadores negros e mestiços, apontados como desapropriados para a sociedade republicana, e trabalhadores brancos europeus, considerados aptos a construí-la e nela se integrarem de forma ordenada. Segundo Ortiz (1985, p. 21), a temática da mestiçagem se fez real e simbólica. Real no que se refere às condições sócio-históricas nos elos étnicos brasileiros; simbólica no sentido que tal temática no cenário republicano conota as aspirações nacionalistas que se ligam à construção de uma identidade nacional. Na tentativa dessa construção, a temática da mestiçagem vem como um dilema biológico e social a ser resolvido para os intelectuais da época.

O mestiço, enquanto produto do cruzamento entre raças desiguais, encerra, para os autores da época, os defeitos e taras transmitidos pela herança biológica. A apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência seriam dessa

⁵ Termo utilizado pelo jurista Cornelius de Pauw para definir espécies consideradas inferiores porque são menos complexas em sua formação orgânica. “[...] natureza do Novo Mundo, débil por estar corrompida, inferior por estar degenerada” (De PAUW apud SCHWARCZ, 1995, p. 46).



forma qualidades naturais do elemento brasileiro. A mestiçagem simbólica traduz, assim, a realidade inferiorizada do elemento mestiço concreto. Dentro desta perspectiva a miscigenação moral, intelectual e racial do povo brasileiro só pode existir enquanto possibilidade. O ideal nacional é na verdade uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira (ORTIZ, 1985, p. 21).

Bem como ressaltado por Ortiz (1985), nota-se que o ponto central da discussão racial no ideário republicano estava na tentativa de branqueamento da sociedade brasileira. Influenciados por teorias poligenistas, intelectuais da época tem na perspectiva do branqueamento da população a solução para a questão da mestiçagem brasileira. De acordo com Schawarcz (1995, p. 58-66) foram elaborados programas de controle da reprodução humana incentivadores de nascimentos “desejáveis”, ou seja, promotores de casamentos apenas entre representantes de determinados grupos étnicos. Através disso exemplifica-se a tentativa de grandes instituições científicas, tal como a medicina, em tentar implantar esse branqueamento.

Outra questão relevante que cabe aqui ser discutida e que também vem nessa mesma tentativa foi o controle de imigrantes que chegavam ao Brasil. As grandes intelectualidades brasileiras da época somavam esforços para que pudesse ser impedido a entrada de imigrantes de algumas nacionalidades. A exemplo desse controle, “acadêmicos da Faculdade de Direito de São Paulo [...] buscavam impedir, sobretudo, a entrada de imigrantes asiáticos e africanos no país” (SCHAWARCZ, 1995, p. 231). Em contraponto, os imigrantes que eram almejados segundo Schritzmeyer (2004, p. 63) seriam os europeus, por parecerem “ideais para o sucesso da modernização brasileira”. Porém, não era qualquer imigrante europeu, pois também diferenciavam-se os “de raças mais nobres e superiores” classificados pelos caucásios e brancos – e os de “raças menos nobres”.

A transição do século XIX para o XX caracterizou no cenário brasileiro a passagem de uma monarquia para até então uma República Velha. Essa mudança trouxe toda uma lógica de modelos que significaram uma tentativa de construção de ideários intelectuais que não condiziam no contexto brasileiro e que tinham propósitos racistas claramente enraizados. A dissolução da Primeira República enquanto modelo governamental traz um novo modelo de política na revolução de 1930, que a partir de então seria chamado de Estado Novo.

Sob o comando de Getúlio Vargas, o processo político iniciado em 1930 é autoritário: “uma ideologia segundo a qual Estado e nação constituíam uma unidade



indissolúvel” (CARVALHO, 1998 p. 264). Exemplo simbólico disso foi a obrigatoriedade de se cultivar a bandeira e a introdução do hino nacional nas escolas em todos os níveis de ensino. Tal ideia de uma nação indissolúvel pode ser vista do discurso do então presidente:

Devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos tem a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa de seu território. Considerando-a uma unidade indivisível, nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra, que é o sangue e a carne do seu corpo. (Discurso de Goiânia, agosto de 1940, A nova política do Brasil, volume VIII, 1941, p. 24) (LENHARO, 1989 p. 110).

Nesse discurso, elementos como “tradição histórica”, “carne” e “sangue” chamam atenção. A relação do cidadão brasileiro com a pátria se daria através desses três elementos. Em outro discurso feito para imigrantes de origem alemã no estado de Santa Catarina, ele disse: “ser brasileiro é amar o Brasil. É possuir o sentimento que permite dizer: O Brasil nos deu o pão; nós lhe daremos sangue” (VARGAS apud LENHARO, 1989, p. 111). Mais uma vez o discurso do sangue se torna evidente, associado ao pão, que também poderia ser relacionado à “carne”, como no discurso anterior. Esses elementos formam um jogo de sentido religioso, numa espécie de “liturgia nacionalista”. Dessa forma se observa como a tal “tradição histórica” citada por Vargas se permeia por um discurso religioso de origem cristã, e mais particularmente um discurso particularmente católico.

Nessa análise se faz delimitar a qual ideal de nação o governo buscava. Tal como no regime anterior, ainda evocava-se a ameaça de infiltração “de focos ideológicos e raciais” no país, delimitando mais uma vez a que tipo de tradição tanto se falava e se almejava uma tradição elitizada, católica e branca.

Os imigrantes têm de ser, entre nós, fator de progresso e não de desordem e desagregação. Somos coerentes [...] temos de prevenir-nos contra a infiltração de elementos que possam transformar-se, fronteiras a dentro, em focos de dissensões ideológicas ou raciais (VARGAS apud LENHARO, 1989, p. 113).

O discurso do sangue, agora como mecanismo de poder, torna-se elemento para o discurso do imigrante desejável. Como dito por Lenharo (1989, p. 13), temia-se pela orientação desse fluxo sanguíneo. Tomava-se sua circulação como instrumento em aberto de alteração profunda da vida do país. O sangue involuntário que chegava através dos imigrantes indesejáveis não era bom. Na prática, Vargas introduziu contratos com o governo de Portugal para entrada de imigrantes lusos. Espanhóis, italianos, alemães também eram favorecidos por tal política.



Em reforço a isso, Vargas lança o Decreto n. 19.482, de dezembro de 1930, impondo limites a entrada de estrangeiro nos país através da lei dos 2/3. Tal lei “obrigava a todos os estabelecimentos comerciais e industriais do país a reservarem 2/3 da oferta de emprego a trabalhadores nacionais” (LENHARO, 1989, p. 125). Esse fato juntamente com o incentivo a imigrantes europeus mostra a alta discriminação por parte de imigrantes de outras nacionalidades, principalmente no que se concerne a questão racial. Judeus, negros e asiáticos eram alvo de ataques racistas mais fortes. Assim, a medida que o negro era libertado juridicamente, o mesmo era excluído politicamente, economicamente, social e historicamente. Mas, foi ainda, na Constituinte de 1934 que o racismo de fato tomou forma.

Um grupo de racistas eugenistas, ligados a Oliveira Viana chegaram a propor uma Emenda n. 1164, assinada por Xavier de Oliveira, que proibia a entrada no Brasil de elementos das raças negra e amarela de qualquer procedência para efeito de residência. Sua justificativa incidia na “inferioridade étnica dos negros”, ao mesmo tempo que criticava a aceitação de “rebotalhos de raças mais ou menos degeneradas (LENHARO, 1989, p. 126).

Outra Emenda Constitucional n. 1053, feita por Arthur Viana, dizia que só era permitida a imigração de brancos no Brasil. Ele se refere aos negros (americanos ou africanos) e asiáticos como “homens de cor” e na justificativa da emenda os coloca como “possíveis portadores de ‘germens profundos de discórdia’; os negros norte-americanos constituíam perigo por serem ‘portadores de ideias comunistas’” (LENHARO, 1989, p. 127). A dimensão do preconceito chega a ser demasiada complexa e incoerente, tanto pela dimensão social quanto por sua aplicação política. Toda essa ameaça que diziam haver no país atendia ao anseio do governo de consubstancializar o nacional numa época de extrema luta de classes.

Outro aspecto importante desse momento foi o uso político da cultura. Acreditava-se que através dela se poderia ligar a política do povo. Essa ênfase na cultura foi operacionalizada por órgãos estatais que surgiram nessa época, tais como o “Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)”, criado em 1937, “que possuía seções encarregadas de propaganda, radiodifusão, cinema e teatro, turismo, imprensa e serviços auxiliares” (CARVALHO, 1998, p. 258-259); a “Rádio Nacional”, comprada pelo então governo em 1940; revistas oficiais como “Cultura Política” e “Ciência Política”; o jornal “A Manhã”; e o que mais interessara destacar aqui: a criação, em 1937, do “Serviço do Patrimônio Histórico e



Artístico Nacional (SPHAN)”. E, como se daria então todas essas políticas culturais com tanto preconceito ainda amalgamado nesse governo?

No caso específico do SPHAN, sendo um instrumento de institucionalização da memória coletiva de um povo, se priorizava exaltar a memória do vencedor. Dessa forma se constatava a força do poder político “em lidar com a memória como instrumento de sua legitimação” (LENHARO, 1989, p. 13). E, é sobre os desdobramentos dessa instituição amarrada ainda a ideais racistas e preconceituosos do Estado Novo que se constituirá o próximo ponto.

Da Construção do Imaginário Nacional ao Patrimônio Cultural

O Patrimônio, remota e admirável palavra que em sua origem tinha relação com as estruturas patriarcais familiares, acabou se tornando um conceito nômade, que visita e revisita diversos adjetivos (patrimônio histórico, natural, arquitetônico, material etc.). Visitar todos eles seria cair numa ampla gama de conceitos que não se findaria. Opta-se aqui então, pela sua derivação em “Patrimônio Cultural” que abrange melhor o espectro que tem sido construído no trabalho sobre o uso político da cultura no Brasil dos anos 30, época em que a prática do Patrimônio chega ao Brasil.

A noção do Patrimônio Cultural enquanto um projeto de construção de identidade nacional já acontecia mundo afora desde a Revolução Francesa. O pesado balanço de destruições causadas pela Revolução trouxe a urgência da salvaguarda dos imóveis e obras de arte. Esses bens, antes pertencentes ao clero e a nobreza, com a Revolução Francesa, são transformados em propriedades do Estado, juntando a noção de patrimônio cultural ao projeto de identidade nacional que a revolução também trouxera.

De acordo com Canclini (1994, p. 98) aquilo que se entende por cultura nacional muda de acordo com as épocas. Mesmo havendo conceitos concretos e lineares daquilo que se concebe como nação, tal como o território, a população e seus costumes tradicionais, grande parte do que se considera como cultura é uma construção imaginária.

Na Revolução Francesa, a construção desse imaginário também se deu por meio de símbolos universalizantes, “como a bandeira tricolor, o calendário revolucionário e o hino francês, *La Marseillaise*; os monumentos erigidos após a revolução, como o *Phantheon* e o monumento aos mortos” (DECCA, 1992, p.129). Já no Brasil, o imaginário nacional que se



tentava construir nos anos 1930, com o Estado Novo, foi inicialmente, feito através de discursos presidenciais, e com a implantação do SPHAN⁶ em 1937, esse imaginário começa a se mostrar em formas materiais.

É importante ressaltar que a ideia de patrimônio estava intimamente ligada à de memória coletiva, uma vez que algo que é considerado patrimônio, representa aquilo que está guardado na memória histórica⁷ de um determinado grupo, no caso do que está sendo discutido aqui, de uma nação. E, tal como na tradição europeia do século XIX, o que também pode ser comparado ao caso brasileiro, “a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva” (POLLAK, 1989, p. 3).

A ideia de memória coletiva associada ao patrimônio cultural indicava mais um certo mal-estar geral da era Vargas do que qualquer espírito de nacionalismo que tentou ser implantado. Esse mal-estar explica-se por essa memória coletiva não se encontrar apenas em manifestações materiais europeias e católicas, como se queria privilegiar, mas também estava refugiada em locais não tão visíveis, em histórias não tão dizíveis, em manifestações de pequenos grupos, por meio de rituais e celebrações, como é o caso da tradição africana que se instalara no Brasil. Este aspecto acaba por gerar “novos suportes de memória, onde grupos e minorias organizam sistematicamente os seus arquivos e mantêm sua preservação por meio de uma organização constante de celebrações e outros rituais” (DECCA, 1992, p. 130). Essas memórias que não eram exaltadas refletiam a imagem que uma sociedade majoritária e o Estado desejavam mostrar e estabelecer.

⁶ Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Atual IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

⁷ “Tomamos consciência que memória e história não são a mesma coisa e que inclusive se opõe constantemente. O tempo desta história que se acelera vertiginosamente em nosso século é o tempo das mudanças, das transformações e da destruição, ao passo que o tempo da memória coletiva é o da permanência e o da continuação. A memória é a vida, sempre guardada pelos grupos vivos e em seu nome, ela está em evoluções permanentes, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, [...]. A história é reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que já não é mais. A memória é um fenômeno sempre atual, uma ligação do vivido com o eterno presente; a história é uma representação do passado. [...] Erige-se, portanto, no presente alguma coisa híbrida e bastante ameaçadora, que é a memória histórica. Nem memória, porque alheia à experiência do vivido, nem história, porque destituída de seu valor crítico com relação ao passado. Como produção deliberada, a memória histórica, ao longo de nosso século, foi sempre o instrumento de poder dos vencedores, para destruir a memória dos vencidos e para impedir que uma percepção alternativa da história fosse capaz de questionar a legitimidade de sua dominação”(DECCA, 1992, p. 130-133)



Essa participação desigual de certos grupos sociais caracterizava um patrimônio cultural etnocêntrico. “Mesmo nos países em que a legislação e os discursos oficiais adotam a noção antropológica de cultura, que confere legitimidade a todas as formas de organizar e simbolizar a vida social existe uma hierarquia dos capitais culturais” (CANCLINI, 1994, p. 97). Exemplo disso são as prioridades em se preservar edificações do que manifestações culturais, valorizar mais a arte erudita do que o artesanato, exaltar a cultura escrita em detrimento da história oral. Dessa forma, os capitais simbólicos dos grupos subalternos têm um lugar subestimado dentro das instituições de preservação e de seus dispositivos hegemônicos.

A importância da formulação da noção de patrimônio em termos de capital cultural vem no sentido de não apenas representa-lo como algo estático e neutro, que os mais diversos setores se apoderam de forma desigual – tal como no outro capital –, mas sim representa-lo como um processo social que, se acumula, mas ao mesmo tempo, se renova, criando oportunidades para que variados setores possam ser representados.

Bem como visto na Revolução Francesa e também no caso do Brasil dos anos 1930, o patrimônio veio na tentativa de unificar uma nação. Dado isso, outro aspecto que cabe aqui relacioná-lo seria concebê-lo como espaço de luta material e simbólica entre grupos de diferentes classes e etnias.

Nas comunidades arcaicas, quase todos os membros compartilhavam os mesmos conhecimentos, possuíam crenças e gostos semelhantes e tinham um acesso aproximadamente igual ao capital cultural comum. Atualmente, as diferenças regionais, originadas pela heterogeneidade de experiências e pela divisão técnica e social do trabalho, são utilizadas pelos setores hegemônicos para que obtenham uma apropriação privilegiada do patrimônio comum. Consagram-se como superiores certos bairros, objetos e saberes, porque estes foram gerados pelos grupos dominantes, ou porque tais grupos contam com a informação e formação necessárias para compreendê-los e apreciá-los, ou seja, para controlá-los melhor (CANCLINI, 1994, p. 97).

Dessa forma, o patrimônio cultural se apresenta como algo que representa as diferenças entre os grupos sociais e evidencia a hegemonia dos que gozam de um acesso preferencial à produção e distribuição dos bens. Os setores dominantes, como na era Vargas e também no mundo contemporâneo são os que definem quais bens são superiores e merecem ser preservados. Vale ressaltar que não se pretende aqui mostrar que a solução seria a vitória de um determinado grupo sobre outro, mas sim, tentar que ambos os lados tenham



convivência harmoniosa neste terreno das políticas preservacionistas, “que ora acumula ganhos para um lado, ora para o outro” (DECCA, 1992, p. 135).

Os primeiros bens tombados⁸ através da política de preservação do governo Vargas foram, em sua maioria, monumentos pertencentes à tradição luso-europeia e cristã-católica, tal como fortalezas construídas durante o império português e inúmeros monumentos católicos. Isso exemplifica o discurso nacionalista de Getúlio Vargas se materializando através de suas políticas, refletindo uma noção de patrimônio cultural que privilegiava setores em detrimento de outros.

Para melhor caracterizar a afirmação acima, se faz necessário remontar às políticas de patrimônio cultural. Em 1937, o país ganha a sua primeira e principal legislação patrimonial. O Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, vigente até o presente, organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e assim o define:

[...] conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (Decreto-Lei n. 25, de 30 de nov. de 1937).

Juntamente com o decreto e em caráter institucional, o Decreto-Lei nº 25/1937 criou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁹ (IPHAN). O Sphan por sua vez, foi sucessor da Inspeção de Monumentos Nacionais (IPM), que existiu de 1934 a 1937. Os primeiros bens tombados através dessa lei refletem bem o que os primeiros anos e até mesmo décadas de legislação preservacionista pretendia privilegiar. O recorte aqui feito será no primeiro ano (1937-1938) de atuação do Sphan para se observar o que se almejava ter enquanto Patrimônio Cultural Brasileiro no seu primeiro ano de política.

⁸ Nomenclatura dada ao exercício de transformar um bem material em patrimônio cultural, seja em âmbito nacional, estadual ou municipal.

⁹ Institucionalmente, o Sphan foi transformado em Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional (Dphan) em 1946. O Dphan só se tornou Iphan em 1970, por ocasião de um movimento geral de reorganização da Administração Pública no Brasil, subsequente ao Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. No entanto, em 1979 o Iphan da época foi desmembrado em dois corpos administrativos distintos: uma Secretaria (que adotou a sigla antiga do órgão, Sphan) e a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM). Em 1990, a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e o FNPM foram extintos para, em lugar deles, ser criada a autarquia Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC).



Tabela 1 – Bens Tombados e Processos de Tombamento em Relação à Monumentos Católicos no Período de 1937-1938

Tombamentos entre 1937-1938	Igrejas/Capelas/Catedrais/Oratórios	Mosteiros/Seminários	Colégios Católicos	Conventos	Total
326	144	7	2	17	170

Fonte: Elaboração da Autora (2017)

A partir do documento exposto, onde delimitou-se o primeiro ano de atuação do SPHAN, constata-se 326 bens em situação de abertura de tombamento. Quase uma solicitação de tombamento por dia no ano de 1938. Apesar de não aparecer no documento aqui exposto¹⁰, em relação aos outros anos¹¹, o ano de 1938 é o que mais se destaca quantitativamente em número de bens tombados. Dado que revela a urgência em se materializar a construção de uma identidade nacional na época.

Outra constatação interessante é o perfil desses imóveis tombados. A partir da análise feita foi possível identificar que em grande maioria buscou-se preservar monumentos católicos (170 solicitações de tombamentos nesta categoria). A quantidade de igrejas, capelas, mosteiros, colégios católicos e conventos que é preservada logo no início da política de patrimônio cultural, quantificada em mais da metade do total de tombamentos no primeiro ano de política patrimonial. Simplesmente não se encontra solicitações de tombamentos de outras categorias religiosas.

Outros bens se destacam em quantidade, como monumentos ligados à colonização portuguesa, como os fortes e monumentos imperiais. Com isso identifica-se qual era o tipo de identidade nacional que queria se criar. Tal como demonstrado anteriormente neste estudo e reforçado materialmente agora, queria se criar uma identidade brasileira que fosse católica, branca e de tradição luso-europeia.

Interessante também notar as regiões com maior número de tombamentos no ano de 1938, como demonstrado na Tabela 2. Destacam-se os estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro; regiões que foram principais capitânicas na época do Brasil-Colônia, destacando mais uma vez a importância dada à tradição portuguesa, que se constitui

¹⁰ Documento completo em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20Dez%202015.pdf>>.

¹¹ O documento se estende até o ano de 2015.



como uma tradição branca, europeia e que não mediu esforços para implantar o cristianismo católico em terras brasileiras.

Tabela 2 – Bens Tombados e Processos de Tombamento no Período de 1937-1938
Estados com Maior Expressão Numérica

Tombamentos entre 1937-1938	Tombamentos na Bahia	Tombamentos em Minas Gerais	Tombamentos em Pernambuco	Tombamentos no Rio de Janeiro	Total
326	55	58	45	102	260

Fonte: Elaboração da Autora (2017)

O somatório de tombamentos nessas regiões demonstra a prioridade que se dava em se manter viva a tradição da colonização europeia no Brasil. Os outros estados também aparecem na listagem, mas em números ínfimos e com poucos tombamentos por estado.

Considerações Finais

Através do percurso histórico aqui escolhido, procurou-se demonstrar como que, com o fim do Brasil-Império e com o início do Brasil-República, foram adotadas formas de criação de um imaginário e de uma identidade nacional brasileira. Apesar de tal busca parecer, de início, algo que agregaria para a nova república que então surgia, postulados racistas foram sendo adotados para definição do que seria ou não considerado parte da identidade nacional.

Através de grandes instituições científicas, universidades de direito e medicina, museus, institutos geográficos, entre outros, foram-se instituindo dentro do Brasil teorias que buscavam o embranquecimento da população. Com o advento do Estado Novo também foram adotadas políticas com este intuito, tais como a tentativa de bloqueios de imigrantes africanos e asiáticos e a criminalização de práticas da religião de negros, a exemplo do candomblé.

Ainda nesta busca de uma identidade nacional, foi na época do chamado Estado Novo, que se criou a política de patrimônio cultural em busca de se preservar os bens culturais brasileiros. Porém, os elementos que se consideravam como patrimônio brasileiro também tinham uma lógica de segregação racial e de intolerância religiosa.

As pesquisas aos bens tombados no primeiro ano da política de patrimônio cultural demonstram isso. É dada exclusiva importância aos monumentos de tradição luso-europeia, que remetiam o Brasil enquanto uma colônia portuguesa. Como parte dessa colonização foi a instituição da doutrina católica em terras brasileiras, o tombamento de igrejas e de outros elementos que representassem o catolicismo, de grande expressão numérica. Nesses primeiros



anos de política patrimonial, não se reconhecem manifestações culturais que representassem outras camadas da sociedade brasileira, como índios e negros, não menos importantes na construção histórica do Brasil.

É importante ressaltar que nos dias atuais, a política de patrimônio cultural privilegia as diversas manifestações culturais de diversas camadas da sociedade, porém o objetivo do texto se deu em demonstrar como que em uma época, não tão distante da realidade vivida hoje, não eram medidos esforços para o embranquecimento e a cristianização da população.

Referências

BRASIL. **Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937**. Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: Novembro, 2017.

CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 23, 1994.

CARVALHO, J. M. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

DECCA, E. S. Memória e Cidadania. In: São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. DPH. São Paulo, DPH, 1992.

LENHARO, A. **A sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1989.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

SCHARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHRITZMEYER, A. L. P. **Sortilégio de saberes**: curandeiros e juízes nos tribunais brasileiros (1900-1990). São Paulo: IBCCRIM, 2004.